

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 27 de maio de 2021 às 07h23
Seleção de Notícias

Terra - Notícias | BR

Patentes

Ação judicial alega que Apple monopoliza tecnologia de frequência cardíaca para Apple Watch . 3

G1 - Globo | BR

Patentes

União Europeia acusa AstraZeneca de violação do contrato para vacinas anticovid 5

IstoÉ Dinheiro Online | BR

27 de maio de 2021 | Propriedade Intelectual

China e EUA têm primeira aproximação após guerra comercial 7
AFP

UOL Notícias | BR

27 de maio de 2021 | Patentes

Por acordo com farmacêuticas, Brasil resiste a quebrar patentes de vacinas 9
HTTPS

27 de maio de 2021 | Patentes

Facilitação de acesso à vacina esbarrará no lobby farmacêutico mundo afora 12
HTTPS

Migalhas | BR

Patentes

Quebra de patentes pelo governo federal em meio a pandemia 14

Ação judicial alega que Apple monopoliza tecnologia de frequência cardíaca para Apple Watch



Foto: Reuters

Uma empresa do Vale do Silício entrou com um processo antitruste acusando a Apple de monopolizar o mercado de tecnologia de monitoramento de frequência cardíaca

PUBLICIDADE

Ação judicial alega que Apple monopoliza tecnologia de frequência cardíaca para Apple Watch

Jonathan Stempel

26 mai
2021
16h38

[ver comentários](#)

Publicidade

Uma empresa do Vale do Silício entrou com um processo antitruste acusando a Apple de monopolizar o mercado de tecnologia de monitoramento de frequência cardíaca para o Apple Watch e colocar em risco a saúde dos usuários.

Notícias relacionadas

Apple Watch em Nova York 19/9/2019 REUTERS/Brendan McDermid

abpi.empauta.com

Em uma denúncia registrada na noite de terça-feira, a AliveCor disse que a Apple excluiu rivais ao alterar o algoritmo de frequência cardíaca do sistema operacional do relógio, tornando a tecnologia rival incompatível.

A AliveCor vende o KardiaBand, uma pulseira Apple Watch capaz de registrar um eletrocardiograma, e o SmartRhythm, um aplicativo que alerta os usuários sobre batimentos cardíacos irregulares.

A empresa privada acusou a Apple de silenciosamente "trabalhar em segundo plano" para copiar sua capacidade de gravar um ECG no Apple Watch e fornecer um aplicativo separado para análise de frequência cardíaca.

"Como já fez várias vezes ao longo dos anos em outros mercados, a Apple decidiu que não aceitaria a concorrência no mérito", disse a AliveCor em sua denúncia apresentada no tribunal federal de San Francisco.

"O valor de controlar esses dados críticos de saúde (com a capacidade de explorá-los) era aparentemente uma tentação demais para a Apple", acrescentou. "Para obter uma vantagem competitiva injusta, a Apple colocou a vida de incontáveis usuários do AliveCor em perigo."

A Apple não respondeu imediatamente nesta quarta-feira aos pedidos de comentários.

A empresa com sede em Cupertino, Califórnia, tem aplicativos para fazer ECGs e medir a frequência cardíaca em repouso ou durante os exercícios.

A AliveCor está buscando indenização tripla não especificada, citando o suposto esforço "intencional" da Apple para criar um monopólio.

Em dezembro, a empresa sediada em Mountain

Continuação: Ação judicial alega que Apple monopoliza tecnologia de frequência cardíaca para Apple Watch

View, na Califórnia, processou a Apple por **violação** de patente no Texas e, em abril, pediu à Comissão de Comércio Internacional dos Estados Unidos que proibisse as importações de relógios Apple.

servados.

Publicidade

Reuters - Esta publicação inclusive informação e dados são de propriedade intelectual de Reuters. Fica expresamente proibido seu uso ou de seu nome sem a prévia autorização de Reuters. Todos os direitos re-

União Europeia acusa AstraZeneca de violação do contrato para vacinas anticovid



1 de 1Dose vacina Oxford/AstraZeneca seringa aplicação imunização - Foto: Joana Lima/Prefeitura de Natal

Dose vacina Oxford/AstraZeneca seringa aplicação imunização - Foto: Joana Lima/Prefeitura de Natal

A União Europeia denunciou formalmente, nesta quarta-feira (26), o laboratório AstraZeneca por "violação flagrante" do contrato para compra de vacinas contra a Covid-19 e por não ter se mobilizado rapidamente para entregar as doses aos países do bloco.

A denúncia é o primeiro capítulo formal da batalha entre União Europeia e AstraZeneca pelos atrasos do laboratório nas entregas de doses estipuladas no contrato.

Quebra de patentes de vacinas: União Europeia diz estar disposta a discutir assunto; EUA são a favor

Os advogados das duas partes tiveram um audiência nesta quarta-feira com um juiz de medidas provisórias no tribunal de primeira instância de Bruxelas, na Bélgica. Em caso de necessidade, outra audiência acontecerá na sexta-feira.

Atrasos da AstraZeneca

A AstraZeneca entregou 30 milhões de doses no primeiro trimestre, mas, por contrato, estava obrigada a fornecer 120 milhões.

Para o segundo trimestre, o grupo prevê entregar apenas 70 milhões, das 180 milhões de doses inicialmente prometidas.

Neste contexto, a União Europeia pediu a aplicação de uma multa contra a AstraZeneca de pelo menos 10 milhões de euros (quase R\$ 65 milhões), além de uma penalidade adicional de "10 euros por dose por dia de atraso", caso o calendário de entregas não seja respeitado.

Em 26 de abril, a Comissão Europeia, que negociou os pedidos em nome dos Estados-membros, anunciou que recorreu à justiça para arbitrar o conflito com o laboratório anglo-sueco, que fornece uma das quatro vacinas anticovid autorizadas até o momento na União Europeia.

Os 27 países membros do bloco exigem receber as doses prometidas para o primeiro trimestre de 2021. De acordo com a Comissão, o contrato expira em meados de junho. A União Europeia considera que o laboratório terá que pagar multas se não cumprir o calendário.

"O que nos importa neste caso é garantir a entrega rápida de um número suficiente de doses a que os cidadãos europeus têm direito e que foram prometidas com base no contrato", afirmou na ocasião o porta-voz da Comissão Europeia.

A polêmica entre o laboratório e a União Europeia envolve a interpretação de dois aspectos centrais do contrato: de um lado a origem das vacinas para os países europeus e, do outro, a noção de "melhor esforço razoável".

Continuação: União Europeia acusa AstraZeneca de violação do contrato para vacinas anticovid

Para Rafael Jafferli, um dos advogados da Comissão, "o melhor esforço razoável implica flexibilidade". Ele recordou que durante várias semanas uma fábrica da AstraZeneca na Holanda forneceu doses a outros mercados, e não para a União Europeia.

"No total, 50 milhões de doses foram desviadas para países terceiros em uma violação flagrante do contrato", acusou.

- Procedimento "sem fundamento" - Os europeus criticam o fato de o laboratório farmacêutico - que desenvolveu a vacina em parceria com a Universidade de Oxford - não ter utilizado suas duas fábricas britânicas, mencionadas no contrato, para as entregas à União Europeia.

A AstraZeneca trabalha com outras duas fábricas no território da União Europeia, situadas na Holanda e Bélgica, mas Bruxelas considera que as doses produzidas em território britânico também deveriam ser incluídas nas entregas devidas aos países europeus.

Para a União Europeia, o laboratório privilegiou o fornecimento ao Reino Unido em detrimento de suas obrigações com o bloco e, argumenta, comprometeu recursos europeus para o desenvolvimento da vacina e a ampliação das capacidades industriais do laboratório.

Um funcionário da Comissão Europeia próximo ao caso afirmou que a AstraZeneca entrega atualmente a média de 10 milhões de doses por mês, muito abaixo do ritmo previsto.

O grupo farmacêutico nega que tenha deixado de cumprir suas obrigações e denuncia um procedimento "sem fundamento".

"Não há obrigação de utilizar locais (de produção), talvez seja o que a Comissão deseja, mas não está previsto no contrato", afirmou Hakim Boularbah, advogado da AstraZeneca, em uma audiência de procedimento em 28 de abril.

A audiência judicial acontece no momento em que a vacina da AstraZeneca enfrenta uma clara desconfiança entre cidadãos europeus pelos muito raros casos de trombose que pode provocar.

Dinamarca, Noruega e Áustria desistiram de utilizar o fármaco em suas campanhas de vacinação. Vários países limitaram o uso da vacina às pessoas de mais idade.

Veja os vídeos mais assistidos do G1

200 vídeos

China e EUA têm primeira aproximação após guerra comercial



Autoridades comerciais chinesas e americanas tiveram a primeira conversa telefônica desde que Joe Biden se tornou presidente dos Estados Unidos, anunciou nesta quinta-feira (27) o ministério do Comércio da China. As relações entre Pequim e Washington se deterioraram durante a presidência de Donald Trump, marcada por um conflito comercial entre as duas grandes potências mundiais. [...] Autoridades comerciais chinesas e americanas tiveram a primeira conversa telefônica desde que Joe Biden se tornou presidente dos Estados Unidos, anunciou nesta quinta-feira (27) o ministério do Comércio da China.

As relações entre Pequim e Washington se deterioraram durante a presidência de Donald Trump, marcada por um conflito comercial entre as duas grandes potências mundiais.

O vice-primeiro-ministro chinês, Liu He, conversou com Katherine Tai, Representante do Comércio dos Estados Unidos (USTR), em uma "troca construtiva" e em uma "atitude de igualdade e respeito mútuo", de acordo com um comunicado divulgado pelo ministério.

"A embaixadora Tai falou sobre os princípios que orientam a administração Biden-Harris, com foco nas políticas comerciais () ao mesmo tempo que

mencionou as questões que preocupam", afirma, em um comunicado curto, o escritório da representante americana do Comércio.

Washington confirmou uma "reunião virtual" e uma conversa "sincera e pragmática".

Este foi o primeiro contato entre Tai, designada para o posto em março, e Liu He, principal conselheiro econômico do presidente Xi Jinping e negociador chefe na guerra comercial.

Os dois países assinaram um acordo em janeiro de 2020, com o objetivo de encerrar dois anos de guerra comercial, que continha dispositivos sobre a proteção da **propriedade** intelectual e as condições de **transferência** de tecnologia, grandes exigências dos Estados Unidos.

O acordo prevê ainda que as duas partes devem ter encontros de etapa a cada seis meses.

Mas o novo governo Biden anunciou em abril que faria um balanço das promessas cumpridas pela China no âmbito do acordo.

A "capacidade" da China de cumprir seus compromissos com os Estados Unidos é uma "prioridade", disse Katherine Tai.

- Compromissos -

Com o acordo comercial, a China se comprometeu a aumentar em pelo menos 200 bilhões de dólares em 2020 e 2021 as compras de produtos e serviços americanos para tentar reduzir o desequilíbrio da balança comercial, muito favorável ao gigante asiático.

Mas no fim do primeiro trimestre de 2021, Pequim havia cumprido apenas entre 61% e 75% das compras previstas, de acordo com um estudo de Chad

Continuação: China e EUA têm primeira aproximação após guerra comercial

Brown, pesquisador do Peterson Institute for International Economics (PIIE), que utilizou dados do comércio internacional publicados pelos dois países.

O acordo comercial denominado "fase 1" manteve as tarifas dos Estados Unidos de 25% sobre uma gama de produtos chineses e componentes industriais que representavam 250 bilhões de dólares, assim como as medidas de retaliação chinesas de mais de 100 bilhões de dólares sobre as importações procedentes dos Estados Unidos.

O governo dos Estados Unidos afirmou em março que não está disposto a retirar as tarifas, mas se declarou disposto a negociar com a China.

As tarifas foram adotadas para "remediar uma situação comercial desequilibrada e injusta", declarou Katherine Tai, antes de acrescentar que a suspensão das taxas poderia ter consequências negativas na economia americana.

Por acordo com farmacêuticas, Brasil resiste a quebrar patentes de vacinas



Presidente Jair Bolsonaro no Palácio do Planalto Imagem: Ueslei Marcelino/Reuters



Por acordos com as principais empresas farmacêuticas e amarrado em contratos, o governo brasileiro resiste em aderir à proposta de suspensão de patentes de vacinas contra a covid-19, apoiada por mais de 60 países pelo mundo. Acompanhe as últimas notícias do que acontece no Brasil e no mundo. A aposta do governo é de que, sem embarcar numa retórica de ameaças de quebra de propriedade intelectual, haveria um espaço maior para garantir a entrega de vacinas fabricadas pelas multinacionais ao país. Em outubro do ano passado, indianos e sul-africanos apresentaram uma proposta na OMC (Organização Mundial do Comércio) para que as patentes de vacinas e todas as demais tecnologias envolvidas na luta contra a pandemia fossem suspensas. Isso permitiria que qualquer laboratório do mundo fabricasse versões genéricas dos produtos, garantindo um maior acesso às vacinas e tratamentos. Mas o Brasil passou a ser um dos raros países em desenvolvimento a rejeitar a proposta.

A pressão sobre o governo de Jair Bolsonaro aumentou depois que EUA e China também deram seu apoio ao projeto dos indianos, ainda que limitando a ideia da suspensão de patentes apenas para vacinas. O Itamaraty, porém, manteve sua postura de rejeição ao projeto. Na semana passada, o novo chanceler Carlos França, também citou a situação com as multinacionais ao explicar a postura do governo sobre patentes em uma audiência na Câmara dos Deputados convocada pelo ex-ministro da Saúde e deputado federal Alexandre Padilha (P-T-SP). Segundo ele, a proposta da Índia e África do Sul era "agressiva" e chamou o gesto de "quebra radical" de patentes que iria "muito além" dos acordos de propriedade intelectual. De acordo com ele, a proposta "criava problema de segurança jurídica na formulação de contratos que temos de assistência técnica com a AstraZeneca e a aquisição que queremos ter de vacinas da Pfizer, Janssen e Moderna". Fortemente pressionado e diante de metas não cumpridas de vacinação, o governo de Bolsonaro

Continuação: Por acordo com farmacêuticas, Brasil resiste a quebrar patentes de vacinas



apenas nos últimos meses passou a ampliar sua busca por vacinas.

Atores do mercado internacional, porém, alertam que o Brasil desembarcou num momento "errado", "com meses de atraso" e, portanto, com um poder de barganha reduzido. As empresas farmacêuticas estariam mais fortalecidas para negociar neste momento, diante de elevados pedidos e uma verdadeira fila de governos que disputam a compra de doses. Se não bastasse, algumas das empresas estão sendo ameaçadas por processos em tribunais por não conseguir atender aos cronogramas de vendas já realizadas, o que tem colocado uma pressão ainda maior no abastecimento global. Ao mesmo tempo, o Ministério da Saúde informou nesta semana que reduziu para 41,9 milhões a a previsão de doses de vacinas a serem recebidas em junho. O volume é 12 milhões inferior ao que estava sendo esperado, diante de um atraso na produção pela Fundação Oswaldo Cruz. O governo também indicou que espera antecipar a chegada de outras vacinas, programas apenas para o final de 2021. Contratos protegem patentes Nos últimos meses, a realidade é que os contratos que empresas farmacêuticas a submeteram a diferentes governos pelo mundo revelam condições estritas e uma garantia de proteção de **patentes**. Num deles, assinado pela Pfizer e pelo governo do Peru em setembro de 2020, fica estabelecido "condições prévias" a qualquer abastecimento, incluindo a proteção total de **patentes**, o estabelecimento de que a empresa é a "única" dona da **propriedade** intelectual

abpi.empauta.com

e que ela fica isenta de qualquer obrigação de atender a uma indenização eventual decidida pela Justiça. Toda a cadeia de desenho, pesquisa, desenvolvimento e fabricação ficam protegidas de qualquer queixa que poderá existir. Caberia ainda ao Ministério da Saúde do país andino provar, antes do início das entregas, que o país conta com "fundos adequados para se comprometer com as obrigações de indenização e outorgar proteção adequada aos provedores por reclamações surgidas do ou em conexão à vacina e seu uso". No caso brasileiro, o acordo inicial da AstraZeneca com o governo também revela que a empresa estrangeira impôs condições sobre a venda da vacina contra a covid-19, manteve a patente sobre o produto e poderá até mesmo definir o que considera como a data do final da pandemia. Assinado em 31 de julho de 2020, o acordo já deixava claro que mesmo se a vacina não desse resultados, não haveria um reembolso. O texto ainda explicita que a empresa multinacional fica com o direito de estabelecer o fim do período da pandemia.

A relevância de tal postura reflete no preço. Segundo as multinacionais, um fornecimento de doses a um preço de custo só poderia ocorrer enquanto a pandemia durar. Depois disso, os valores terão de ser re-negociados. O entendimento previa que toda a propriedade intelectual da vacina permanecesse nas mãos da AstraZeneca. Em trecho do tratado inicial, fica estabelecido de forma clara que a produção realizada pela Fiocruz poderia atender apenas o mercado doméstico brasileiro, sem a possibilidade de uma eventual exportação dos produtos num primeiro momento. Só quando a pandemia terminar é que "as partes avaliarão a possibilidade da extensão do território". Ou seja, uma exportação da Fiocruz. Nova proposta Apesar da escassez, o governo brasileiro continua a defender na OMS, OMC e mesmo no G-20 que apenas um acordo voluntário de transferência de tecnologia entre empresas e governos pode superar a crise de abastecimento. A postura vai na mesma direção defendida pelo setor privado que, em debates internacionais, insiste que vêm realizando dezenas de acordos de transferência de tecnologia e sustenta a tese de que a quebra de patentes, sozinha, não ga-

Continuação: Por acordo com farmacêuticas, Brasil resiste a quebrar patentes de vacinas

rantirá um aumento da produção mundial. Mas mesmo sem a participação do Brasil, os países emergentes continuam a apostar que a suspensão de patentes pode ser uma resposta à escassez crônica de vacinas.

Na semana passada, 62 governos apresentaram à OMC uma nova proposta. Além dos co-patrocinadores, mais 40 países apoiam a ideia. Pelo novo projeto, a suspensão de direitos de propriedade intelectual seria válida por pelo menos três anos, tempo considerado como suficiente para permitir que laboratórios em todo o mundo ampliem suas produções e fabriquem versões genéricas das vacinas e outros produtos. Hoje, 90% de todas as 1,2 bilhão de doses administradas ocorreram nos países do G-20, enquanto os 40 países mais pobres receberam apenas 0,3% das vacinas. Mas o projeto pode não ser suficiente para romper o impasse que acontece na OMC nas negociações sobre **patentes**. O governo ame-

ricano deu seu apoio à ideia. Mas deixou claro que apenas aceitaria a iniciativa pra a suspensão de patentes de vacinas, não incluindo outros tratamentos e nem tecnologias para diagnósticos. Já a UE alertou uma vez mais na sexta-feira, durante a cúpula do G-20, que não quer uma mudança nas leis de patentes e que aposta num caminho de cooperação entre empresas e países. A diretora-geral da OMC, Ngozi Iweala, espera fechar um acordo até julho.

Mas na esperança de romper a pressão que países ricos vêm sofrendo por conta das patentes, governos e empresas anunciaram doações ou vendas de 3,5 bilhões de doses para os países mais pobres até o final de 2022. Ainda que o número seja importante, ele é inferior ao que americanos e europeus compraram apenas para o ano de 2021.

Facilitação de acesso à vacina esbarrará no lobby farmacêutico mundo afora



Profissional de saúde se prepara para imunizar um homem com uma dose da vacina contra o coronavírus Covaxin, desenvolvida pelo Laboratório Bharat Biotech, em uma clínica municipal de saúde, em Calcutá, Índia.
Imagem: Debajyoti Chakraborty / NurPhoto via Getty Images



Na última semana, o diretor-geral Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom, solicitou que países e laboratórios doassem vacinas de covid-19 para nações mais pobres. Segundo ele, a pandemia revelou uma "escandalosa desigualdade" no acesso aos imunizantes, o que dificulta a reversão completa e mais célere da crise global que se instaurou. Dados da própria organização apontam que os países mais desenvolvidos compraram cerca de 50% das vacinas disponíveis, embora concentrem apenas 15% da população mundial. Já os países mais pobres, que possuem mais da metade da população do planeta, receberam apenas 17% dos imunizantes. Acompanhe as últimas notícias do que acontece no Brasil e no mundo. A Pfizer se comprometeu a doar 1 bilhão de doses ainda esse ano. Na mesma linha, também foram a União Europeia e os Estados Unidos. O bloco europeu já anunciou que pretende distribuir ao menos 100 milhões de doses, assim como o governo norte-americano, que, ainda nesse semestre, deve enviar um total de 80 milhões de doses a países selecionados. Uma das estratégias que têm sido defendidas como forma de acelerar o acesso à vacina e reduzir os abismos entre os países passa pela super noticiada "**quebra** de patentes".

Essa medida propõe acionar o chamado "licenciamento compulsório temporário de patentes", previsto no "Acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio" (TRIPs, na sigla em inglês). Ele permite que, em situações de emergência ou de interesse público, sejam suspensas temporariamente as concessões que dão às farmacêuticas o direito ao monopólio na produção de suas vacinas. Nesse cenário, seja por transferência de tecnologia ou pela simples ausência de punição, organizações de países menos desenvolvidos poderiam produzir imunizantes localmente a custos mais baixos, contribuindo para o aumento geral de oferta de vacinas. Essa foi a posição defendida, ainda em 2020, por mais de 100 países, liderados por Índia e África do Sul no âmbito da Or-

Continuação: Facilitação de acesso à vacina esbarrará no lobby farmacêutico mundo afora



ganização Mundial do Comércio (OMC). A iniciativa, que naquele momento foi rejeitada por Estados Unidos, União Europeia e outros países desenvolvidos, além do próprio Brasil, voltou a ganhar relevância quando, já sob a gestão Biden, o governo norte-americano declarou apoio à licença compulsória para vacinas contra a Covid-19 agora em 2021. A decisão tem sido considerada emblemática, na medida em que os Estados Unidos são, historicamente, contrários à flexibilização de regras envolvendo propriedade intelectual.

O que muitos não levam em consideração, no entanto, é justamente o conjunto de razões que sustentam essa posição ao longo do tempo e que, nesse momento, colocam a agenda defendida por Biden sob enorme pressão doméstica - um fenômeno que deverá se replicar também em boa parte do Norte global, dificultando a aprovação de medidas de flexibilização. Os Estados Unidos são o principal mercado para a indústria farmacêutica no mundo. Além de abrigar gigantes como Pfizer, Johnson & Johnson e Merck & Co., também operam diretamente no trato com multinacionais europeias, a exemplo de Bayer, Novartis, Roche, Sanofi e outras. A indústria farmacêutica é uma das mais articuladas do país e, na contramão do que tem propagado o governo Biden, mobiliza-se, dentro e fora dos Estados Unidos, para exigir sanções contra países que desrespeitem normas ligadas à proteção das patentes. Os lobistas ligados à BIO (Biotechnology Innovation Organization) e à PhRMA (Pharmaceutical Re-

abpi.empauta.com

search and Manufacturers of America), que representam as maiores farmacêuticas do planeta, por exemplo, tem se movimentado vorazmente junto da United States Trade Representative (USTR) e do Congresso norte-americano.

Por meio de documentos e reuniões, alegam que ações que flexibilizem o preço e a produção dos imunizantes poderá colocar em risco empregos nos Estados Unidos e também desestimular novos (e custosos) investimentos em ciência e tecnologia. A mesma narrativa encontra coro também na Europa. As "**Big Pharma**" alegam que os gastos com pesquisa e desenvolvimento são elevados e que precisam ser remunerados comercialmente. Dados do US Department of Commerce, no entanto, sugerem que o setor invista menos de 20% de sua receita com P&D. Ademais, é importante lembrar que inúmeras descobertas só se tornaram viáveis a partir de laboratórios subsidiados pelo National Institutes of Health, principalmente em universidades, o que significa que o próprio governo muitas vezes aportou recursos no desenvolvimento de produtos agora protegidos por **patentes. Imerso** nesse barganha, o lobby demanda do governo Biden e das lideranças europeias que: 1) intensifiquem a fiscalização; 2) que busquem o comprometimento dos parceiros estratégicos desses países com posições pró-**patentes**; e 3) que encontrem meios alternativos de lidar com as pressões vindas de fora.

Estima-se que, só nos Estados Unidos, a indústria farmacêutica gastou quase US\$ 40 milhões em lobby em 2020, além da energia empenhada para manter uma rede repleta de formuladores de políticas públicas voltadas ao combate à pandemia em várias instâncias do governo. Para que de fato possa ser implementada, a "quebra de patentes" precisa ser aprovada por consenso na OMC. Mais do que longo, esse será um processo marcado pelo debate chave da contemporaneidade: o interesse público versus os interesses privados.

Quebra de patentes pelo governo federal em meio a pandemia



Augusto Moutella Nepomuceno **Quebra** de patentes pelo governo federal em meio a pandemia Augusto Moutella Nepomuceno Não serão incluídas na lista formulada as **patentes** relacionadas aos produtos que já tiverem sido objeto de acordos de **transferência** de tecnologia, de forma que as vacinas Coronavac e Astrazeneca, as mais utilizadas no país, não serão contempladas com a **quebra** de patentes. quarta-feira, 26 de maio de 2021

(Imagem: Arte Migalhas)

O Senado Federal aprovou na última quinta-feira (29) projeto de lei que autoriza a **quebra** de patentes de vacinas, testes de diagnóstico, medicamentos, insumos e equipamentos necessários para o combate ao covid-19. A proposta decorre do apensamento de dois PLs, 12/21 e 1.171/21, e prevê a alteração do artigo 71 da lei 9.279/96, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.



(Imagem: Arte Migalhas) (Imagem: Arte Migalhas)

O projeto prevê que se o titular da **patente** não atender às necessidades de emergência nacional ou interesse público, ou em caso de estado de calamidade pública, poderá ser concedida licença compulsória temporária e não exclusiva para a exploração da **patente**. Dessa forma, o titular seria obrigado a transmitir todas as informações necessárias à reprodução do objeto patentado, incluindo a documentação necessária para concessão de registro pelas autoridades competentes.

O objetivo principal é licenciar compulsoriamente as vacinas e demais insumos para que sua exploração não se restrinja apenas ao titular da patente, aumentando a produção de todos os itens indispensáveis ao combate ao coronavírus e consequentemente ampliando sua oferta à população.

Do ponto de vista legal, o projeto apresentado se en-



Augusto Moutella Nepomuceno Augusto Moutella Nepomuceno

contra em razoável consonância com o ordenamento jurídico brasileiro. A Constituição Federal consagra em seus artigos 5º e 6º, a saúde como direito basilar, sendo dever do Estado garantir o acesso universal e igualitário da população às políticas públicas de saúde. Também confere aos autores de inventos industriais proteção às suas criações, nos limites do interesse social e desenvolvimento tecnológico e econômico do país, não sendo uma proteção absoluta.

Assim, ao interpretar sistematicamente a Carta Magna, percebe-se a legitimidade da iniciativa parlamentar de **quebra** de patente das vacinas e demais insumos necessários para o combate à pandemia, que se traduz em uma verdadeira espécie de intervenção estatal na propriedade, em especial na seara industrial, em nome do interesse público e da situação emergencial vivenciada globalmente.

A proposta também não fere os tratados internacionais ratificados pelo Brasil, em especial o acordo TRIPS (Acordo sobre Direitos de Propriedade Intelectual), posto que este permite que os signatários adotem as medidas necessárias para proteger a saúde pública e promover o interesse público em setores de importância vital para o seu desenvolvimento socioeconômico, desde que compatíveis com o acordo. Ainda, o próprio TRIPS prevê a hipótese de uso do objeto da **patente** sem a autorização de seu titular, o que reforça a possibilidade legal da sua quebra ante ao cenário pandêmico, singularmente caótico, estabelecido há mais de um ano.

Continuação: Quebra de patentes pelo governo federal em meio a pandemia

O texto agora retorna à Câmara dos Deputados e, se aprovado, trará um desafio para o Brasil: a criação, bem como o fortalecimento de uma estrutura adequada para conferir efetividade à **quebra** de patente. No projeto, uma forma de garantir a exploração eficiente dessas patentes está na concessão das licenças compulsórias apenas para instituições públicas, empresas privadas ou organizações da sociedade civil com efetivo interesse e capacidade econômica para produção do objeto patenteadado.

Em contrapartida, não serão incluídas na lista formulada as **patentes** relacionadas aos produtos que já tiverem sido objeto de acordos de **transferência** de tecnologia, de forma que as vacinas Coronavac e Astrazeneca, as mais utilizadas no país, não serão contempladas com a **quebra** de patentes.

O Governo Federal deverá editar regulamento no prazo de 30 dias contados da publicação da lei - se aprovada - para o seu adequado cumprimento. Enfim, resta a espera no sentido de que esta ferramenta interventiva, ainda que legal, restará inócua caso não se tenha uma estruturação adequada para dar efetividade aos desdobramentos após as referidas quebras.

Atualizado em: 26/5/2021 15:54 Augusto Moutella Nepomuceno Advogado. Especializado em gestão negocial de infraestrutura nas relações da administração pública com a iniciativa privada. Professor de Direito da Estácio.

Índice remissivo de assuntos

Patentes

3, 5, 9, 12, 14

Propriedade Intelectual

7, 9, 12

Inovação

7, 14

Entidades

12